

Do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné: a busca americana pela segurança energética

From Persian Gulf to Guinean Gulf: the american search to go energetic security

José Alexandre Altahyde Hage*

Meridiano 47 vol. 11, n. 121, set.-out. 2010 [p. 11 a 15]

À guisa de introdução. Os Estados Unidos continuam sendo os maiores consumidores de energia de todo o sistema internacional. É fato de que esse país terá crescente dificuldade de abastecer sua economia, bem como ajudar na segurança energética de parceiros estratégicos. A questão central do petróleo, como dissera Daniel Yergin, é que esse produto contém 90% de política e somente 10% de economia.

Procurando se abastecer de óleo Washington passa a caminhar por outras geografias nem sempre amigáveis ou convenientes. A mais tradicional das áreas produtoras é formada pelos Estados do Oriente Médio, convulsionados por conflitos de todo tipo e donos de algum tipo de antiamericanismo, contra os valores decadentes do Ocidente. A Região do Cáucaso, e Ásia Central, também é interessante, mas seu contratempo é a existência antiga de dois grandes que também querem a mesma coisa: Rússia e China.

Agora sobrou para a África. Mais não toda ela. A atenção vai para o lado ocidental, à primeira vista, Nigéria, Guiné, Angola que são produtoras em fase de crescimento. Apesar de serem Estados instáveis politicamente isso não perturba a Casa Branca, pois a produção africana de petróleo tende a ser promissora – e mais, o óleo é de primeira qualidade. Por isso, este breve artigo gostaria de analisar uma particularidade da política norte-americana para a energia e seu interesse no “continente negro”.

Já se tornou lugar-comum observar que os combustíveis fósseis são bens finitos e geograficamente concentrados. Depositados na faixa de 65% no Oriente Médio, como reservas, o petróleo traz em si a marca do conflito internacional que ocorre justamente pelo fato de ele ser presente, em demasia, nos subsolos de poucos Estados, como Arábia Saudita, Kuwait e Iraque, mas muito utilizado pelos Estados que são grandes potências e dependem amplamente do cru importado para continuar a Sê-lo (Sébille-Lopez, 2006).

Por volta dessa concentração de hidrocarbonetos no Oriente Médio há outros importantes produtores e exportadores, caso da antiga clientela (soviética) russa da Ásia Central, Cazaquistão e Uzbequistão que também explora essa matéria-prima e contribui para que haja formas de se procurar amainar crises por causa de disputas de energia. Quer dizer, aqueles Estados ajudam a aumentar a produção de hidrocarbonetos extra-Organização dos Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP), como Arábia Saudita e Venezuela, mas acabam servindo de peões para a disputa política que a “renovada” Rússia faz perante seus vizinhos da Europa Oriental, como Ucrânia e Polônia.

Também é comum dizer que a moderna economia capitalista, desenvolvida amplamente na segunda metade do século XX, ganhou ímpeto por causa de duas benesses: a abundância de matérias-primas no geral e a grande quantidade de energia, petróleo e carvão mineral. Abundância de bens que propiciou um dos mais queridos

* Doutor em Ciência Política pela Universidade de Campinas – Unicamp, com estudos pós-doutorais na área de História na Universidade Federal Fluminense – UFF (alexandrehage@hotmail.com).

pilares do capitalismo do pós-guerra, a política do pleno emprego (na maneira do possível) e o barateamento das mercadorias em geral para setores populares e de classe média, uma vez que desse conjunto resulta a economia de massa com finalidade de alto consumo.

Assim, mesmo sendo lugar-comum continua pertinente dizer que a economia da energia, amplamente assentada em combustíveis fósseis, ainda desempenhará muita influência no decorrer do século XXI, apesar de variados esforços nacionais para que ascendam outros vetores energéticos, como a biomassa e o hidrogênio. Vetores, cujos desenvolvimentos são muito custosos financeiramente, mas que podem ser benéficos no longo prazo, sobretudo hidrogênio que para fornecer uma unidade de energia gasta três (Rifkin, 2003).

Sobre um cenário possível há algumas implicações a comentar. As conflagrações político-militares do Oriente Médio ajudam para que a produção local diminua e aumente muito as cotações do óleo cru nas bolsas de Londres e de Nova York em virtude das incertezas que a questão provoca. Por conseguinte, a produção da Rússia, e do Cáucaso, também não dá garantia de que ficará imune aos conflitos internacionais, promovendo tensões de todo tipo nos Estados consumidores da Europa Ocidental.

Por conseguinte, podem-se desenhar conflitos de forma triangular em torno do Oriente Médio e da Ásia Central, já que outras áreas do Globo, produtoras de petróleo, estão sob perspectiva de serem promissoras no futuro ou de estarem em declínio acentuando. Na primeira assertiva vem à mente algumas regiões da África, como o Golfo da Guiné. Na segunda se enquadra a produção do Mar do Norte, iniciada em 1982.¹

O conflito de forma triangular se desenha por causa da concorrência de três grandes da política internacional, Estados Unidos, China Popular e Rússia. Estados cuja estabilidade político-econômica depende de carburantes em demasia. Aquela superpotência é grande produtora de petróleo e carvão mineral, mas sua economia depende em processo crescente de energia importada, já que a produção nacional está diminuindo a passos largos. Washington tende a importar mais de 50% do petróleo que necessita. Por isso, a urgência de buscar óleo em outras áreas nem sempre amigáveis (Simões, 2007).

A China está se tornando voraz consumidora de energia, petróleo e carvão mineral em primeiro grau. Embora haja forte crítica internacional para que o carvão seja desprezado em razão de sua forte emissão de poluentes, mais do que petróleo, ele será muito usado. A China tem relevância na produção de energia, mas a questão é que seu petróleo é de qualidade inferior, pesado, e a economia chinesa cresce ao ponto de fazer com que Pequim se preocupe com estoques futuros para não se comprometer, ainda que ruins.

A Rússia diferencia em princípios técnicos e econômicos das potências acima, mas não politicamente. Isto porque a economia russa não é grande consumidora de petróleo, embora exista muito dele naquele país. Por motivos de conveniência econômica Moscou prefere exportar seu petróleo, ainda mais em períodos de picos de valorização, como ocorreu durante os anos 2004, 2005, 2006 e 2007 quando o cru chegou a custar perto de 150 dólares o barril negociado nas bolsas de Nova York e Londres.

Com efeito, a Rússia prefere exportar petróleo e usar gás natural, que é muito abundante, para uso doméstico. Mas a questão política análoga é que o Kremlin também não deixa de ver no petróleo um trunfo político, para controlar a produção e a emissão do bem e, daí, conseguir meios de continuar financiando a reconstrução de seu poder nacional e procurar manter alguma influência junto aos compradores europeus (Sébille-Lopez, 2006).

Assim, em virtude de complicações variadas na Ásia Central e no Oriente Médio, outras geografias passaram a ser atraentes para a segurança energética norte-americana e chinesa, cada uma dessas potências procurando atrair atenção da África para fins petrolíferos. O que há duas décadas poucos analistas vislumbravam acabou ganhando vulto.

¹ A produção do Mar do Norte contou com apoio econômico dos governos dos Estados Unidos, Reino Unido e Países Baixos. De início, sua produção foi impressionante, pois chegou a superar a da OPEP nos anos 1980, barateando o preço do cru. Mas há cálculos de que aquelas jazidas *offshore* estejam em via de esgotamento (Santos, 2003).

Nos primeiros anos da década de 1990, em que havia muita expectativa de sucesso para os investimentos internacionais aplicados na Europa Orientação, o continente africano não dava sinais de ser interessante economicamente. Por ventura, se o investidor racional tivesse que escolher entre Polônia e Angola boa parte atribuiria escolha à primeira. País europeu, razoavelmente organizado politicamente e com promessas na economia.

Já a África não simbolizava ganhos que o investidor procurava. O continente é muito rico em matérias-primas, mas castigado pela pobreza socioeconômica e caótico politicamente. Parecer que também se transformou em lugar-comum. Contudo, o programa energético do primeiro governo de George W. Bush, em 2000, deixou claro que a tarefa primordial dos Estados Unidos seria a busca de óleo além dos tradicionais fornecedores. Na verdade, aquela plataforma republicana não havia esperado os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 para procurar diversificar seus fornecedores (Sébille-Lopez, 2006)

O vice-presidente Dick Cheney havia se encarregado, como homem do petróleo no Texas, a instituir programa global em que os Estados Unidos utilizariam sua excelência estratégica e militar para fazer com que não faltassem hidrocarbonetos para sua economia. Se haveria atenção para os Estados do Cáucaso também deveria haver para os Estados da África Ocidental, nomeadamente aqueles próximos do Golfo da Guiné, como Nigéria.

A produção africana de petróleo é respeitável, se aproxima da casa dos 12,4% da mundial, cifra que a deixa perto da Arábia Saudita e da Rússia. Dentre os produtores africanos o destaque vai para Nigéria, em primeiro lugar, para Guiné e Angola. Procurando escapar das complicações político-militares das regiões tradicionais Washington vislumbra trabalhar com área que também é conturbada militarmente. De acordo com a contabilidade da British Petroleum (BP) a divisão se encontra desta forma:

| | |
|------------------------|-----------------------|
| Oriente Médio: | 31,9 |
| Europa/Eurásia | 21,7 |
| América do Norte | 15,9 |
| África | 12,4 |
| Ásia/Pacífico | 9,7 |
| América do Sul/Central | 8,5 (Fonte: BP, 2009) |

Isso é paradoxal, uma vez que o “continente negro” é salpicado por violências e conflitos de todo o tipo. Mas essas questões parecem não incomodar, de alguma forma, a Casa Branca. Havia começado com o ex-presidente Bush políticas de atração dos produtores africanos. A começar pelo ano de 2000, os Estados Unidos criaram formas de trabalhar mais diretamente com a Nigéria, procurando comprar seu petróleo, bem como se aproximar, de igual forma, de Angola e da Mauritânia, apesar desses dois últimos serem governados sob estilos supostamente contrários ao ideário norte-americano de democracia.

Por outro lado, é sabido que Angola tem governo com tendência à esquerda, que guarda ressentimento em relação aos Estados Unidos por terem apoiado oposição armada, na figura de Jonas Savimbi, líder direitista que fora apoiado por Washington e guardava simpatia da África do Sul durante os anos 1980. Já a Mauritânia havia sido vitimada por golpe de Estado em 2005, empurrando novamente aquele país para a ditadura. Mas se tratando de segurança energética tais questões se tornam menores para os Estados Unidos.

A linha moral do governo Bush não era reta, apresentava corte pragmático, “para os amigos tudo, para os inimigos a lei”. Com o intuito de tirar partido do petróleo africano aquele presidente não condenou o golpe de Estado na Mauritânia nem entrou em pormenores sobre a “democracia” nigeriana que faz do adultério caso de condenação à morte.

O princípio imaginado pelo governo Bush era fazer com que os produtores africanos, conjuntamente, fornecessem perto de 25% do combustível importado pelos Estados Unidos na proximidade de 2015 (Sébille-Lopez, 2006). Para que isso ocorresse de forma conveniente para a Casa Branca o governo teria de instituir políticas de

simpatia e atração. A saber, seria interessante anular a dívida externa dos Estados devedores, bem como aprovar linha de crédito para que aqueles países tivessem meios de investimento.

Continuando na linha da atração e sugestões, coube ao governo Bush fazer com que a Nigéria abandonasse a OPEP, que se sentisse contemplada pela amizade da superpotência. Isso para fazer com que o grande produtor africano não seguisse orientações, às vezes contraproducentes, que os membros do cartel fazem de tempos em tempos. O esforço havia malogrado, pois a elite nigeriana, islâmica, ficaria constangida em deixar órgão majoritariamente influenciado pelos produtores que seguem o Profeta.

Aquela linha de simpatia não vingou. O próprio Congresso norte-americano teve dificuldades de aprovar medidas desse porte. Com dificuldades de promover o estilo *soft power* o governo Bush direcionou então sua manobra para o campo militar, aí sim aproveitando a deixa do 11 de Setembro. Expressando grande preocupação com a rede de terrorismo que poderia incursionar entre os países islamizados da África, como Sudão, os Estados Unidos procuraram unir dois campos de suas preocupações: energético e militar.

Isto porque a lembrança de ataques terroristas é bem recente: ataque em Nairóbi em 1999, saques de petróleo por meio de explosão de dutos e ataques piratas de todo tipo. Por isso a necessidade de resguardar as costas africanas pelas frotas norte-americanas. A própria Nigéria vez ou outra é vitimada por ataques em seus dutos.

Por conseguinte, para fins de administração militar regional os Estados Unidos mantém importante posto na cidade de Stuttgart, Alemanha, onde inspeciona operações em toda a Europa. Aquela cidade alemã é o principal centro de operações da Europa. Para fins administrativos o comando militar que cuida da África é subordinado à Europa. Não deixa de ser interessante a maneira de como se enquadra a posição africana, uma vez que a Armada norte-americana pode vigiar as rotas de petroleiros.

Para o poder americano o petróleo não deixa de ser algo que toca a segurança nacional, a segurança energética que move a economia mais importante na atualidade. Como foi frisado acima os Estados Unidos são grandes produtores de carburantes, mas sua vulnerabilidade se encontra no fato deles consumirem a totalidade do cru que produzem e ainda ter de ajudar, de variadas formas, seus aliados de campanha no Iraque e Afeganistão, como ocorreu com a distribuição do petróleo do Iraque a partir de 2003, contemplando a Itália e a Espanha (Gowan, 2003). A economia norte-americana gasta em torno de 25% de toda a produção mundial de energia (BP, 2009).

Daí ser a África lugar atraente para a indústria petrolífera norte-americana. Contornando as dificuldades locais, guerras civis, violências de todo o tipo etc, Washington procura tirar partido de “novas” amizades, caso de Angola, cuja produção está na casa de um milhão de barris ao dia e da Guiné, com produção acima de 500 mil barris (BP, 2009). Em virtude de serem países com pouco consumo de hidrocarbonetos há possibilidade de eles serem direcionados para exportação, para os Estados Unidos à primeira vista.

À guisa de conclusão. Semelhante ao Oriente Médio e à Ásia Central, Cáucaso, a África pode se transformar em cenário de disputas por causa de seu petróleo. As medidas para que isso seja feito varia de estilo de cada potência que irá jogar seu peso no continente. Os Estados Unidos andam no fio da navalha, visto que sua política migra com facilidade de um comportamento brando para outro mais incisivo e duro. Houve por parte da Casa Branca meios de atrair alguns Estados africanos por modos simpáticos.

Contudo, o malogro dessa prática não faz com que os Estados Unidos abram mão de seu objetivo, o de buscar novas fontes de petróleo, apesar de haver instabilidade política na África. Um novo arranjo político-militar norte-americano para garantir a extração e transporte de petróleo saído de “Estados falidos” deve ganhar vida no futuro. Isto porque sendo o óleo africano, da costa ocidental, de qualidade superior Washington se moverá para fazer com que esse cru não caia facilmente nas mãos de outra potência.

Essa outra potência é a China que há muito procura penetrar nos negócios africanos, não apenas pelo petróleo, mas pelas matérias-primas em geral. Com uma conduta moral menos cínica que a norte-americana Pequim não se dispõe a cobrar posturas adequadas com a democracia e com os direitos humanos. Fazendo negócios com o Sudão, por exemplo, a China se nega a engrossar fileiras que tencionam condenar o governo de Cartum em

virtude de agressões a minorias. Não condena o Sudão nem exige que seus parceiros econômicos façam reformas institucionais à moda do FMI ou do Banco Mundial.

Eis uma disputa de grandes dimensões para o futuro próximo. Estados Unidos e China, cada um com seu estilo, procurando garantir suprimentos de óleo para que suas economias não paralisem. Talvez na briga dos grandes possa haver espaço para o Brasil entrar, não para negociar petróleo, embora a Petrobrás há muito tenha interesses em Angola. O Brasil pode entrar no jogo justamente para mostrar aos africanos que eles também podem adquirir vantagens por meio de combustíveis renováveis, menos dramáticos e politizados que os de origem fóssil – mas nem por isso menos interessante.

Porém, se houver espaço para se perguntar onde entra o real interesse africano ou como sua sociedade, a pobre, pode tirar proveito do grande jogo sino-americano haverá também como demonstrar que aqueles Estados podem escapar da supervalorização do petróleo, como elemento de disputa, para poupá-lo e valorizá-lo ao máximo. Com petróleo e álcool combustível a África tem condições de entrar em nova redenção.

Relação Bibliográfica

BRITISH PETROLEUM STATISCAL REVIEW. Site eletrônico encontrado em http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2008/STAGING/local_assets/2009_downloads/statistical_review_of_world_energy_full_report_2009.pdf. Lido a 18 de agosto de 2010.

GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

RIFKIN, Jeremy. *A Economia do Hidrogênio*. São Paulo, M.Books, 2003.

SANTOS, Edmilson Moutinho. “Petróleo – Quadro Estratégico-Global no Início do Século XXI”. In *Política Externa*. Volume 12, número 1. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. *A Geopolítica do Petróleo*. Lisboa, Instituto Piaget, 2006.

SIMÕES, Antonio José Ferreira. “Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis: Desafios Estratégicos no Mundo e no Brasil”. In *Política Externa*. Volume 15, número 3. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

Recebido em 20/08/2010

Aprovado em 15/09/2010

Resumo

Este artigo tenciona analisar o interesse que os Estados Unidos estão depositando na África em virtude de seu petróleo e gás natural. É fato bem conhecido que os Estados Unidos consomem 25% de toda a produção mundial, bem como sua procura de diversificar fontes de importação, além do Golfo Pérsico. Este texto tem o objetivo de analisar os meios e razões pelos quais Washington se aproxima de produtores de óleo como o Golfo da Guiné.

Abstract

This paper intends to analyze the American interest about African oil and natural gas. The United States use 25% of the world energy, this fact is very knew. The American government searches change the partner in oil commerce, as the Gulf Persian Countries. This paper has the goal to analyze the way where The United States works to gain the oil from Gulf of Guinea.

Palavras-chave: Segurança Energética; África; Estados Unidos

Key-words: Energetic Security; Africa; United States